



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC

CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2023 = CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS

SIMONE WENNING, brasileira, divorciada, Leiloeira Pública Oficial, inscrita na JUCESC AARC 276, portadora do RG nº 2.627.377 e inscrita no CPF sob o nº 746.463.110-20, residente e domiciliada na Rua Antônio José Poleza, nº 543, Brehmer, na cidade de Rio do Sul/SC, vem perante Vossa Senhoria, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao RECURSO apresentado referente ao Credenciamento dos Leiloeiros, Chamada Pública nº 007/2023, nos seguintes termos:

PRELIMINARMENTE

01) Quando do credenciamento de leiloeiros, fora entregue toda a documentação necessária para tal fim, bem como toda documentação estava válida.

MÉRITO

**DA REGULARIDADE DA RECORRIDA JUNTO A
JUCESC**



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

01) Alega o recorrente que a Recorrida pertencente ao GRUPO 02 e que já são velhos conhecidos nos certames, sendo que, muitos deles, infelizmente estão regulares na JUCESC salvos por Recurso perante o DREI que lhes concedeu efeito suspensivo após serem DESTITUÍDOS por formarem sociedade de fato. Consultar <https://leiloeiros.jucesc.sc.gov.br/site>.

Acontece, que o Recorrente não se deu nem ao trabalho de verificar o site da JUCESC, onde consta que a Recorrida está REGULAR, mantendo a matrícula da leiloeira nos quadros dos leiloeiros registrados, tendo em vista a decisão que não aplicou a penalidade de destituição, vejamos:

CONCLUSÃO

45. Portanto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conclui-se pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO do presente recurso, de modo que a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, merece ser reformada, pois, os elementos presentes neste processo, não justificam a aplicação da penalidade de destituição.

02) Diante do exposto, e por estar a leiloeira REGULAR no site da JUCESC, conforme documento anexo, está apta para participar do certame.

**DA INEXISTÊNCIA DE SOCIEDADE ENTE OS
LEILOEIROS DO GRUPO 02**



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

01) Em continuação, o Recorrente alegou que a Recorrida pertencia a uma sociedade de fato e que possui várias Sentenças reconhecendo a sociedade de fato. E que inclusive a destituição na JUCESC e vários outras decisões que reconhecem a ilegalidade da forma de atuação do grupo, insistem em manter a mesma forma de participação nos certames, reduzindo as oportunidades de quem cumpre a Lei ao “pé da letra” de ser sorteado em 1º lugar.

02) Como já explanamos acima, a decisão da JUCESC não reconheceu a alegada sociedade de fato e entendeu que:

37. Acerca do argumento de que "restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato", não vislumbramos provas capazes de auferir a existência de uma sociedade de fato, pois, conforme já exposto o compartilhamento de espaços físicos e/ou virtuais, bem como propostas "idênticas" realizadas por cada um dos leiloeiros em licitações, não configura uma sociedade.

03) Portanto, inverídica a alegação do Recorrente, pois os leilões presenciais da Recorrida atualmente são realizados na Rua Abraham Lincoln, 38, 1º andar, Centro, em Rio do Sul/SC, CEP 89160-131, endereço diverso dos demais leiloeiros citados. No entanto, cumpre esclarecer ainda, que atualmente os leilões têm acontecido de forma virtual.

04) O site da Recorrida é o masterleiloes.com.br e está registrado somente em nome da Recorrida, também não é o mesmo dos outros leiloeiros citados.



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

Vale esclarecer, ainda, só a título de argumentação que mesmo que a Recorrida mantivesse um grupo de parceria entre os leiloeiros do grupo 2, não existe vedação legal, tanto é que a JUCESC assim decidiu:

29. Realizadas as considerações acima, no mérito, não podemos considerar que o "compartilhamento de endereço e telefone por diversos leiloeiros aliado à realização e divulgação conjunta de leilões em sites cuja propriedade de domínios concentrasse praticamente em apenas um leiloeiro", induz à formação de uma sociedade empresária.

30. Ademais, não há qualquer vedação legal para um sistema de parceria, inclusive mediante o OFÍCIO SEI Nº 186009/2020/ME, juntado aos autos, houve manifestação do DREI em consulta da Junta Comercial, no sentido de que não há vedação legal para compartilhamento de sites ou salas de escritórios, por leiloeiros.

33. Diante dos fatos relatados no processo, entendemos que o grupo de Leiloeiros não integram sociedade empresária ou deixaram de exercer em nome próprio seus deveres funcionais. O mero fato de compartilharem do mesmo endereço e telefone ou trabalharem em cooperação para ampla divulgação de seus editais não infringe nenhuma norma que regulamenta a profissão da leiloaria.

34. Apenas à título de ilustração, médicos, advogados e outros profissionais compartilham seus endereços e telefones com outros colegas de profissão, com finalidades de diminuir despesas, construir uma rede de apoio e afins, embora atuam individualmente em suas funções.

36. Nesse sentido, não concordamos com aplicação da penalidade, visto que a **destituição é a pena cabível quando o leiloeiro constitui sociedade** e, no caso narrado **não existe nenhum registro formal na Junta Comercial ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ vinculado à esses leiloeiros.**

05) Desta forma, não existe entre a Recorrida e os leiloeiros nominados no recurso, nenhum tipo de sociedade, parceria ou consorcio, além do que é requisito de validade do credenciamento a "garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração".



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUDESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

Além do mais, a Recorrida preencheu todos os requisitos elencados no Edital, desta forma não existem motivos determinantes da inabilitação pretendida.

06) Vale ressaltar ainda, só a título de argumentação, que é lícita a participação de empresas com sócios em comum ou relação de parentesco, por não possuir amparo na Lei nº 8.666/1993, 10520/02.

Vejamos o entendimento jurisprudencial de um caso que o TCU enfrentou:

No Acórdão n.º 2725/2010-Plenário, houve entendimento de que: *“a simples participação de empresas em que os sócios possuam relação de parentesco, ou mesmo de endereço, não se mostrou suficiente a caracterizar fraude à licitação, em especial ante a modalidade licitatória adotada, o pregão eletrônico”*

07) Bem como, a Leiloeira, ora Recorrida, sempre foi idônea e não tem interesse de participar do certame de forma ilícita.

Em nosso ordenamento, a rigor, uma pessoa jurídica não se confunde com as pessoas físicas ou jurídicas que a integram e/ou a



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

comandam, sendo cada qual titular de direitos e obrigações de forma independente em relação às demais.

Considerando essa independência, a princípio, não estão impedidas de participar de um mesmo processo licitatório empresas que possuam sócios em comum ou que mantenham laços de parentesco, até porque não há previsão legal contendo essa restrição.

O Recorrente com o presente recurso pretende inviabilizar a competição, ora, um dos elementos indispensáveis para a imposição do dever de licitar é justamente a competitividade.

Diante do exposto, requer seja julgado totalmente improcedente o presente Recurso, mantendo a habilitação da Leiloeira Simone Wenning;

REQUER-SE:

- a) Seja indeferido o Recurso apresentado pelo Leiloeiro Diego Wolf de Oliveira;
- b) Seja mantido o credenciamento da Leiloeira para participar dos demais atos licitatórios, uma vez que está REGULAR junto a JUCESC, conforme certidão da JUCESC atualizada (doc. nº 1) e cópia da Decisão dos Recursos Administrativos Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36, Processo JUCESC nº 22/336572-6 (doc. nº 2) e Recurso ao DREI nº



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

14021.130097/2022-64, Processo JUCESC nº
22/336437-1 (doc. nº 3).

c) Que os apontamentos sejam conhecidos e
processados na forma da lei, e, ao final, providos.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Rio do Sul, 15 de março de 2023.

SIMONE WENNING

Leiloeira Pública Oficial AARC 276



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

DOC. 01) PRINT DO SITE DA JUCESC EM 15.03.2023 AS 11:04

(<https://leiloeiros.jucesc.sc.gov.br/site/porcidade.php?cidade=Rio%20do%20Sul>)

Bookmarks A Nossa Rádio Nova guia Mail2Easy Untitled Page Comentários aos an... Qual operadora Grupo Cine - Multis... ABFF - Associação... Internet Bank... chrome/flags Email PRO - Onda E... Diário Oficial Eletr... (2) Master Leilões

JUCESC
Junta Comercial do
Estado de Santa Catarina

Início > Informações > Leiloeiros

Rio do Sul

AAARC	Nome	Data Matrícula	Situação
162	Julio Ramos Luz	13/04/2005	Regular
274	Valmir Antônio Claudino	26/06/2011	Destituído
276	Simone Wenning	26/07/2011	Regular
287	Taísa Raquel Pereira Carvalho	01/08/2012	Regular

Clique para mais informações



Bel. Simone Wenning
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL
JUCESC AARC Nº 276
LEILOEIRA RURAL
FAESC Nº 027

AARC		Nome	Data Matrícula	Situação
<input type="text" value="Digite o Nome para pesquisar"/>		<input type="text" value="Digite a Situação para pesquisar"/>		
162		Julie Ramos Luz	13/04/2005	Regular
274		Váner Antônio Claudino	26/06/2011	Destituído
276		Simone Wenning	26/07/2011	Regular
287		Tatiana Raquel Pereira Carvalho	01/08/2012	Regular
313		Anderson Lichtenberg	14/07/2014	Regular
327		Maria Helena Zimmermann	14/07/2015	Irregular
328		Eduardo Antônio Sausen	14/07/2015	Destituído
332		Edgernes Veltiro Jorge	17/06/2015	Regular
333		Paulo Roberto Worn	17/06/2015	Regular
340		Roger Wenning	02/03/2016	Regular
341		Agenor Luis Silveira	02/03/2016	Destituído
356		Micheli Pacheco Da Rosa Sandoz	10/04/2017	Regular
412		Auridina Maria Do Amaral	05/06/2020	Regular
443		Marilene May	13/05/2021	Regular